



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO ARQUIVOLOGIA**

ELOISA DOS SANTOS SILVEIRA

**ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL: A
IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA – AAPB.**

**JOÃO PESSOA
2019**

ELOISA DOS SANTOS SILVEIRA

**ARQUIVÍSTICO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL: A IMPORTÂNCIA DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA – AAPB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Arquivologia.

Orientador: Profa. Me. Claudialyne da Silva Araújo

**JOÃO PESSOA
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S587a Silveira, Eloisa dos Santos.
Associativismo arquivístico e visibilidade profissional [manuscrito] : a importância da Associação dos Arquivistas da Paraíba – AAPB. / Eloisa dos Santos Silveira. - 2019.
56 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Ma. Claudialyne da Silva Araújo, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA."
1. Associativismo. 2. Arquivista. 3. Visibilidade profissional.
4. . I. Título
21. ed. CDD 020.603.609

ELOISA DOS SANTOS SILVEIRA

**ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO E VISIBILIDADE PROFISSIONAL: A
IMPORTÂNCIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA – AAPB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado em
Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Arquivologia.

Aprovada em: 29/11/2019.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Me. Claudialyne da Silva Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Me. Esmeralda Porfírio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Thais Hellen do Nascimento Santos
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

A todos que estiveram comigo durante
essa jornada, pelo apoio, afeto,
compreensão e companheirismo,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus por todas as coisas que tem feito em nossa vida, por nos conceder saúde, força, discernimento e competência durante esse percurso, por tornar possível a realização deste trabalho. Assim como também, por cada pessoa que tem colocado em nossa vida para nos ajudar a escalar cada um dos obstáculos que a vida nos tem imposto.

Aos professores que estiveram à frente da coordenação do curso de Arquivologia durante o nosso processo de graduação, por todo empenho.

À minha querida orientadora professora Claudialyne da Silva Araújo, por ter prontamente e gentilmente aceito o convite para nos orientar, pelas leituras sugeridas ao longo das orientações, por toda dedicação, atenção, compreensão, amizade, companheirismo e suporte.

Aos membros da banca, a professora Esmeralda Porfírio de Sales por se interessar pelo nosso trabalho e por ter sido a primeira docente do curso com quem tive contato, e a professora Thais Helen do Nascimento Santos que nos incentivou a pesquisar sobre o tema Associativismo, por aceitarem gentilmente o convite para participar deste momento, por todo apoio, compreensão e dedicação.

Ao professor Ramsés Nunes, cujo nos deu suporte com o projeto de pesquisa, por todo apoio e companheirismo.

A todos os demais professores do Curso de Arquivologia da UEPB, que contribuíram ao longo dessa jornada acadêmica, por meio das disciplinas e debates, para o nosso desenvolvimento acadêmico e pessoal assim como também para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, Daniele Duarte Dantas e Marcelino Ferreira de Jesus, pela presteza e atendimento sempre que foi necessário.

Ao pessoal da Biblioteca, por toda prestatividade e empenho.

A toda equipe que forma a UEPB, em especial a todos que compõe o campus V, incluído o pessoal da Xerox que também fazem parte do Campus V e que tanto nos ajudou, em especial "Dedé".

A Laudecira Pereira de Lima Guimarães, em nome da turma cujo trilhou juntamente conosco esta jornada acadêmica, e todos aqueles que em algum momento do curso foram meus colegas de classe, por toda contribuição ao longo desse percurso, principalmente pelos momentos de amizade, compreensão e apoio.

A Walker Pereira Guimarães que contribuiu com a tradução do Abstract.

A toda minha família, em especial a minha mãe Rosilene Xavier dos Santos, os meus avós: Manuel Francisco dos Santos, Francisca Xavier dos Santos, Severino Gomes da Silveira, Josefa Maria da Silveira, minha bisavó Joana Paulina da Rocha (in memoriam), e os meus irmãos Gabriel e Emanuella, pois foram o motivo cujo nos momentos difíceis nos fez continuar e não desistir.

Aos meus tios, Rosecleide dos Santos Sousa e Alex Sousa Costa que são meus segundos pais, que me apoiam em tudo e por estarem sempre ao meu lado.

Aos meus queridos Ariedson André Costa, Jofânia Sousa Costa, Maria de Fátima de Almeida Sousa, por toda contribuição, apoio e afeto.

A todos que de alguma forma estiveram conosco durante essa trajetória, pelo apoio, incentivo, afeto, compreensão e amizade, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

O Associativismo Profissional Arquivístico têm ganhado cada vez mais destaque entre as temáticas abordadas na área Arquivística, sendo considerado atualmente como o principal percurso para o fortalecimento da Classe. Pois na ausência do Conselho Federal de Arquivologia são as Associações que tem atuado em defesa revogando os direitos no âmbito Arquivístico. O objetivo deste trabalho foi analisar a importância do Associativismo profissional Arquivista no Estado da Paraíba, e os objetivos específicos foram: investigar junto aos egressos da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB a opinião dos mesmo a respeito do associativismo Arquivístico e da Associação dos Arquivistas da Paraíba - AAPB; identificar as formas de atuação da Associação no Estado com o intuito de propor melhorias com base nas opiniões dos egressos; verificar o quantitativo de egressos e de Arquivistas filiados a AAPB; e ressaltar a importância das Associações Arquivistas para a consolidação da categoria, assim como também a criação do Conselho Federal de Arquivologia. A metodologia desta pesquisa foi caracterizada a partir de uma abordagem qualiquantitativa de natureza descritiva, tomando como objeto de estudo os Arquivistas formados no período de 2015 a 2018 UEPB e UFPB, e AAPB, o instrumento de coleta de dados escolhido para realização da coleta foi o Formulários Goggles, cujo a aplicação desse instrumento se deu via e-mail. Os resultados apontaram que os egressos acreditam que o principal caminho para que a classe se fortaleça seja o Associativismo, mas que o número de Associados a AAPB ainda é relativamente baixo, o que talvez se dê, de acordo com as respostas dos egressos, por conta que a Associação seja relativamente discreta e não publicize tanto às suas ações. Dessa maneira, conclui-se que o Associativismo de fato é um caminho importante para expansão da classe e deve ser abordado de forma mais recorrente. Bem como, as Associações precisam ser mais assíduas e difundir suas ações, tendo em vista obter um maior percentual de vinculados.

Palavras-Chave: Associativismo. Arquivista. Visibilidade profissional.

ABSTRACT

The archivist professional associations has been more featured in the archivist scenario. It's the main route for the empowerment of the class. This's happening because when the federal council of archivology is absent these associations are actuating to defend the interests in the archival scope. The objective of this research was analyze the importance of the professional archivist associations in the state of Paraiba. The specific objectives were: investigate with the graduates of Universidade Estadual da Paraíba - UEPB and Universidade federal da paraíba - UFPB their opinion about the archivist associations and of the association of archivists of paraiba - AAPB ; identify the ways of actuations of the association in the State focusing in the improvement based in the opinion of the graduates; verify the quantity of graduates and archivists affiliated to the AAPB; underscore the importance of the archivists associations for the consolidation of the class. Also, the creation of the federal council of archivology to help the cause. The methodology of this research was characterized based on an approach quali quantity from descriptive nature. Taking the subject of research the archivists graduated between 2015 to 2018, from UEPB and UFPB, and also AAPB. The instrument picked to collect the data was google forms by email. The results pointed that the graduates believe that the principal way to strengthen the class is the associativism. But the number of associates still low. The graduates says that this happen because the association should take more actions to improve this number. The conclusion is that the associativism is a important way to expand the class and it must be approached recurrently. Also the associations must be more incenssants and spread your actions. Trying to obtain more people linked to the cause.

Keywords: Associativism. Achivist. Professional Visibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Idade.....	35
Gráfico 2 –	Gênero.....	36
Gráfico 3 –	Cidade e Estado que residem os egressos.....	37
Gráfico 4 –	Os egressos estão atuando como Arquivista.....	38
Gráfico 5 –	Os egressos sabem o que é Associativismo Profissional.....	39
Gráfico 6 –	O Associativismo profissional é melhor caminho para o fortalecimento da Classe.....	40
Gráfico 7 –	Os egressos Conhecem a AAPB.....	42
Gráfico 8 –	Os egressos possuem vínculo com a AAPB ou com alguma outra Associação.....	43
Gráfico 9 –	Os egressos acompanham as atividades desenvolvidas pela AAPB.....	44
Gráfico 10 –	Os egressos já visitaram a homepage da AAPB.....	45
Gráfico 11 –	AAPB tem contribuído com o aumento da visibilidade da Classe Arquivista.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Justificativas.....	41
Quadro 2 –	Respostas dos participantes.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AABA	Associação dos Arquivistas da Bahia
AAERJ	Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
AAESC	Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina
AAG	Associação de Arquivologia do Estado de Goiás
AAPB	Associação dos Arquivistas da Paraíba
AAPR	Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná
AARQES	Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo
AARS	Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul
Abarq	Associação Brasileira de Arquivologia
AMAAq	Associação Mineira de Arquivistas
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
ARQ-SP	Associação de Arquivistas de São Paulo
ARQUIVE-CE	Associação de Arquivistas do Estado do Ceará
CBA	Congresso Brasileiro de Arquivologia
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNA	Congresso Nacional de Arquivologia
CPA	Curso Permanente de Arquivos
CRB15	Conselho Regional de Biblioteconomia – 15ª REGIÃO
DUA	Declaração Universal sobre Arquivos
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
LAI	Lei de Acesso à Informação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFF	Universidade Federal Fluminense
UFGRS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESP/ MARÍLIA	Universidade Estadual Paulista/ Marília
UNESCO	Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PARA A SOCIEDADE.....	15
2.1	O SURGIMENTO DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL.....	21
3	A VISIBILIDADE DO ARQUIVISTA FRENTE A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA.....	24
3.1	ASSOCIATIVISMO, COOPERATIVISMO E SINDICALISMO.....	27
3.2	ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O FORTALECIMENTO DA CLASSE ARQUIVISTA.....	29
4	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA – AAPB: ORIGENS E ATUAÇÃO.....	31
5	METODOLOGIA	33
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
6.1	DADOS DEMOGRÁFICOS.....	35
6.2	ASSOCIATIVISMO.....	39
6.3	ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA.....	42
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Viver em grupos sociais é imprescindível a todos nós seres humanos. A sociedade pode ser entendida como um conjunto de pessoas ligadas pela conveniência de ajudarem umas às outras, e provavelmente sem viver em coletividade, as pessoas não conseguiriam sobreviver, pois todos precisam uns dos outros para satisfazer suas obrigações, sejam elas de natureza material, como a alimentação, cuidados em caso de doença, acidente, ou ainda de natureza afetiva e espiritual (DALLARI, 2014).

E também, por sermos seres humanos temos necessidades "individuais", como compreender qual a nossa relação com o mundo que nos cerca, de ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas. E justamente por não vivermos isolados em um vazio social, e por compartilhamos o mundo com outros, mesmo que às vezes convergindo e outras divergindo, é que criamos Representações Sociais para compreender, gerenciar ou afrontar algo (JODELET, 2001).

A partir de uma participação nossa em um evento da Área Arquivística e construção de um resumo expandido para o mesmo, surgiu-nos o interesse de abordar a temática do Associativismo Profissional ressaltando o papel das Associações Arquivistas como representação social. O Associativismo é uma temática abordada por diversas áreas do conhecimento, e o Associativismo Arquivístico no Brasil teve início nos anos 70, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), desde então, a profissão foi institucionalizada e foram criados aos poucos os cursos de Arquivologia e as Associações Arquivistas existentes no Brasil, que em alguns estados a criação das Associações foram o viés para criação do curso.

Mas apesar do Associativismo Arquivístico ter tido início nos anos 70, apenas recentemente essa temática tem ganhado destaque. E para compreendermos mais sobre o fenômeno do Associativismo dentro da Arquivística, o tema foi discutido a partir da seguinte problemática: Por que o número de associados as Associações Arquivistas ainda é tão baixo se comparado ao número total de Arquivistas formados?

E mediante o que já foi exposto, nossa pesquisa justifica-se pela relevância de abordar sobre a temática proposta, pois o associativismo é importante para o fortalecimento das Classes Profissionais, e a participação junto às Associações garante um maior poder de representatividade aos Coletivos Profissionais.

E como aponta Souza (2011, p.121) "Os direitos e deveres do futuro profissional se identificam no momento de seu ingresso na carreira arquivística e ao longo de sua formação." De tal forma que fica evidente a importância de iniciarmos essa discussão ainda na graduação, não apenas por ser uma temática relevante para a academia mais para classe arquivista como um todo, de tal forma que a classe ganhe cada vez mais visibilidade, visando a criação do Conselho Federal de Arquivologia.

Este trabalho tem como objetivo geral Analisar a importância do Associativismo profissional Arquivista no Estado da Paraíba, e os objetivos específicos são: investigar junto aos egressos da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB a opinião dos mesmos a respeito do associativismo Arquivístico e da Associação dos Arquivistas da Paraíba - AAPB; identificar as formas de atuação da Associação no Estado com o intuito de propor melhorias com base nas opiniões dos egressos; verificar o quantitativo de egressos e de Arquivistas filiados a AAPB; e ressaltar a importância das Associações Arquivistas para a consolidação da categoria, assim como também a criação do Conselho Federal de Arquivologia. Para tanto foi realizada uma pesquisa qualitativa, tomando como objeto da pesquisa os Arquivistas formados pela UEPB e UFPB no período de 2015 a 2018, e a AAPB.

A temática proposta está relacionada com a Área de Visibilidade Profissional dentro da Arquivologia. E pretende diante das lacunas encontradas com relação ao conteúdo abordado, ressaltar o papel do Arquivista quanto ao fortalecimento da classe, e criação do Conselho Federal de Arquivologia.

2 A IMPORTÂNCIA DOS ARQUIVOS PARA A SOCIEDADE

Os Arquivos existem desde que surgiu a necessidade de registrar os fatos e acontecimentos humanos. Muitos autores defendem que os Arquivos surgiram juntamente ou em decorrência da Escrita como aborda Jordán (2003, p.21, tradução nossa) “ Os arquivos e as bibliotecas nasceram juntos, como produto da escrita [...] Desde o momento que surge a escrita, surgem os arquivos [...]”.

Entretanto é importante ressaltar que o termo Arquivo pode designar: Um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, e isso independe do suporte; pode também designar uma Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos; instalações onde funcionam Arquivos; e também se refere ao Móvel destinado à guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Assim como também de acordo Art. 2º da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências, Arquivos são "os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos." (BRASIL, 1991).

E ainda de acordo com o que está disposto na Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, Os Arquivos se dividem em dois segmentos: Arquivos públicos e Arquivos Privados. No Art. 7º define Arquivos públicos como sendo os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. E no Art. 11 define os Arquivos privados como os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades (BRASIL, 1991).

De acordo com o que aborda Paes (2004, p.16) Arquivo “ É a acumulação ordenada dos *documentos*, em sua maioria *textuais*, criados por uma instituição ou

pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro”.

Já de acordo com o que aborda a autora Rodrigues (2006, p.105), Arquivo é “[...] o resultado de dois processos integrados. O processo de produção e recepção de documentos resulta do processo de realização da missão [...]” e ainda de acordo com o que expõe a autora, a “Missão da entidade ou pessoa que produz um arquivo seria tanto o resultado das suas atividades quanto o seu objetivo.” (RODRIGUES, 2006, p.105).

E segundo o que aborda Cook (2017), a diferença entre os arquivos e as demais entidades que custodiam documentação, é que os “Arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção.” e dessa forma podemos dizer que a diferença entre o Arquivo e as demais entidades como: bibliotecas, museus, e centro de documentação é justamente a questão de seus documentos terem uma ligação com quem os produziu.

Na Idade Antiga, é quando surgem os Arquivos no sentido institucional, e de acordo com o que aborda o autor Reis (2006) os Arquivos mais antigos, remetem-se ao 4º milénio a.C. e que graças à Arqueologia foram descobertos diversos vestígios dos primeiros Arquivos em: Elba, Lagash, Maari, Ninive, Ugarit, e entre outras civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia.

E segundo a abordagem do autor Fernandes Junior (2016), os Arquivos surgiram a partir da carência de organizar todo conteúdo produzido, com o surgimento da escrita, pois a partir da escrita houve a necessidade de criar mecanismos de conservação e proteção do material escrito, para que esses documentos possam ser acessados e utilizados futuramente.

De acordo com o que aborda a autora Ribeiro (2011, p.59):

Durante um longo período de desenvolvimento, que decorreu praticamente desde as origens da escrita ao fim do Antigo Regime, os sistemas de arquivo evoluíram de uma forma natural, acompanhando as necessidades dos respectivos organismos produtores/utilizadores da informação por eles custodiada. Na verdade, a origem dos arquivos confunde-se com o próprio surgimento da escrita, o que demonstra a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação.

Na Idade Média a palavra Arquivo passa remeter ao ambiente onde se preservam os registros antigos e a partir disso que se começa a difundir a ideia de Arquivo como lugar e serviço, onde se recolhem os documentos de valor comprobatório, documentos ligados à memória como os registros dos fatos passados (REIS, 2006).

Porém, nesse período da história, após essa evolução da significância do termo Arquivo, houve um retrocesso pois, nesse período surge a ideia de vida privada e desaparece a ideia de Arquivo Público, e a igreja passa a gerir os documentos, a ser detentora do conhecimento, e os Arquivos passam a se concentrar nos mosteiros e catedrais. E segundo o que aponta Fernandes Junior (2016, p.9), nesse período:

[...] houve uma redução da produção escrita, devido ao controle e opressão da igreja que manipulava todo o conhecimento da época. A igreja conservava em seu poder todo documento ao qual só tinham acesso abades, frades, padres, monges e principalmente o papa. Com a finalidade manter o conhecimento longe do alcance das pessoas comuns.

Nessa época os Arquivos eram restritos e apenas as "pessoas de poder" tinham acesso. Depois dessa época, no século XIV surgem vários Arquivos Centrais e ao mesmo tempo ocorre a descentralização dos Arquivos surgindo os Cartórios Concelhios, e movimentos de nomeações de Arquivistas nas Cortes Europeias e os Arquivos passam a não mais terem acesso restrito. (REIS, 2006).

Na Idade Moderna houve um movimento artístico e político que promoveu o fim da influência da igreja e movimentos como Iluminismo e Renascimento contribuíram para a criação e divulgação das diversas formas de conhecimento científico e cultural. A expansão marítima também foi um dos fatores que contribuíram para o desenvolvimento da produção escrita e a preservação de documentos. (FERNANDES JUNIOR, 2016).

Na Idade Contemporânea com a Revolução Francesa, e as mudanças na história da Europa, há uma mudança na funcionalidade dos Arquivos, com essas mudanças houve a criação de um órgão nacional, direcionado especificamente para a superintendência dos Arquivos, voltado ao serviço da memória do novo

Estado-Nação e formaliza-se, pela primeira vez, o propósito de liberalização do acesso aos Arquivos pela generalidade da população. (RIBEIRO, 2011).

E Ribeiro (2005) também aponta esse Arquivo como o primeiro "Arquivo Modelo", denominado de *Archives Nationales*, criado com o intuito de custodiar, tratar e disponibilizar a informação que passará a ser propriedade da Nação. Assim como também de acordo com os autores Hora e Saturnino (2010) é a partir desse momento histórico que surge o princípio da proveniência ou de respeito aos fundos, com o objetivo de facilitar a organização dos arquivos, o Estado passar a ter uma maior preocupação com a preservação dos documentos, assim como há uma maior abertura para que os cidadãos tenham mais acesso à informação.

Para alguns autores os Arquivos sempre foram instrumentos de registro das ações de administração, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades, civilizações, épocas e regimes, principalmente quando se referem ao seu valor probatório. Conforme aborda Indolfo (2007), os Arquivos tem função tanto para o registro da memória, assim como também para comprovação dos direitos e exercício do poder.

De acordo com Reis (2006) é na Idade Contemporânea que os Arquivos passam a ser considerados como garantia dos direitos dos cidadãos e Jurisprudência da Atuação do Estado. É nesse período que os documentos ganham dupla dimensão, a de garantir direitos aos cidadãos e a de conservarem a memória.

Conforme o que aborda Fernandes Junior (2016), com avanço da tecnologia e com as novas técnicas de criação e preservação documental, o Arquivo ganhou nova dimensão e contribuiu para a popularização do acesso à informação, mudando significativamente o perfil do usuário.

Na sociedade contemporânea, a visão dos arquivos vem sendo modificada de acordo com sua visibilidade em relação à importância de se buscar o conhecimento. Essa unidade de informação tem a potencialidade de informar e, em muitas circunstâncias, de alterar a realidade presente, visto que é detentora da memória da instituição e de mecanismos que possibilitam o acesso à informação e sua recuperação, contextualizada e guardada no arquivo (SANTOS, SILVA, 2018, p.683).

Segundo o que abordam as autoras Oliveira e Freire (2015), no Brasil desde 1838 já se falava sobre a importância dos Arquivos, pois nesse período houve a criação do Arquivo Público do Império, cujo objetivo era recolher e preservar os

documentos da administração e da família Imperial, que depois este vem a ser o Arquivo Nacional, que se torna o grande protagonista da Arquivologia Brasileira.

De acordo com o que aborda o autor Fernandes Junior (2016), os Arquivos são importantíssimos, principalmente dentro do contexto social e institucional, podendo ser considerados a memória viva da humanidade. O autor ainda aponta que os arquivos se tornam cada vez mais indispensáveis na contribuição do processo do desenvolvimento intelectual e social.

Segundo o que explana Rodrigues (2006), a conceituação de arquivo sofreu alterações ao longo da história, devido às mudanças políticas e culturais sofridas pelas sociedades ocidentais, e que fatores como a finalidade dos arquivos e os suportes dos documentos já foram considerados definidores do arquivo, porém hoje não são mais. Para a autora "os arquivos são um reflexo da sociedade que o produz e o modo de interpretá-lo também acompanha as mudanças que ocorrem." (RODRIGUES, 2006, p.104).

O autor Schellenberg (2004) ressalta a importância dos Arquivos e aponta que até os mais antigos documentos, são necessários às atividades do governo, e o documento como sendo sinônimo do termo Arquivo podemos assim ampliar esse conceito, e então dizer que, os arquivos são importantes, não só para o governo, mas para suas instituições de origem, e aborda que:

Refletem sua origem e crescimento. São a principal fonte de informação de todas as suas atividades. Constituem os instrumentos administrativos básicos por meio dos quais é executado o trabalho governamental. Contêm provas de obrigações financeiras e legais que devem ser preservadas para protegê-lo. Englobam o grande capital da experiência oficial de que o governo necessita para dar continuidade e consistência às suas ações, tomar determinações, tratar de problemas sociais e econômicos, bem como de problemas de organização e métodos. Em suma, constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação (SCHELLENBERG, 2004, p.33).

No que se refere a Arquivos temos a nível internacional a Declaração Universal sobre Arquivos - DUA, que foi adotada na 36ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas - UNESCO, para Educação, Ciência e Cultura, que aborda sobre os princípios de acesso aos arquivos de acordo com o Arquivo Público do estado de São Paulo - APESP (2010). A nível internacional temos também o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), que de acordo com o

Conselho Nacional (2016) é a organização profissional da comunidade de arquivos, dedicada a promover a conservação, desenvolvimento e utilização do patrimônio mundial dos arquivos.

E a nível nacional temos o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo (CONARQ, 2014).

A gestão de documentos surge após a Segunda Guerra Mundial, Jardim(1987) aborda que para alguns autores a Gestão documental se trata de um conceito emergente, porém segundo a visão do autor talvez desde o desenvolvimento da Arquivologia como disciplina, nada a tenha revolucionado tanto quanto concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou a administração de documentos que foram estabelecidos no pós Guerra.

De acordo com os conceitos expostos, com o entendimento sobre a função dos Arquivos fica evidente a importância dos Arquivos para sociedade. Através deles é possível compreender os acontecimentos tanto do passado quanto do presente. E podemos assim dizer que os Arquivos possuem uma relevância singular, pois além de serem desde sempre considerados importantes para memória, podemos dizer que eles são mais que a memória viva de uma instituição ou pessoa, pois através deles é possível comprovar fatos, seja social, institucional, ou pessoal.

Dessa forma podemos concluir que os arquivos são um instrumento de uma importância imensurável, tanto para memória como para comprovação dos fatos. Porém, é necessário ressaltar que os Arquivos sozinhos, não podem ter a devida visibilidade, necessitam de um profissional, no caso um Arquivista, para gerir suas informações de forma a disponibilizá-las, evidenciando a utilidade dessas informações, e dando visibilidade não só aos seus acervos, mas ao Arquivo como um todo.

2.1 O SURGIMENTO DOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Quanto ao surgimento da Arquivologia pode-se dizer que é escasso o arcabouço teórico, alguns autores abordam sobre o surgimento do arquivo e/ ou o surgimento da profissão Arquivista, porém pouco se conceitua sobre o surgimento da arquivologia como campo do conhecimento. Fonseca (2005) aborda que a maioria dos autores consideram "O Manual dos Arquivistas Holandeses" como o marco inaugural do que poderia ser considerado como "campo autônomo de conhecimento" e uma disciplina arquivística.

Segundo o que abordam Ferreira e Konrad (2014), a nível mundial foi no continente europeu, na primeira metade do século XIX, que surgiram os primeiros cursos voltados para a formação profissional de arquivistas. E em 1922 houve a criação do primeiro curso técnico brasileiro da área, voltado para a formação dos funcionários do Arquivo Nacional.

Já os autores Marques, Rodrigues e Nougaret (2018) apontam que o Arquivo Nacional e a Associação dos Arquivistas Brasileiros-AAB, foram os responsáveis pela criação do primeiro curso relacionado a Arquivologia, o "Curso Permanente de Arquivos -CPA", em 1960, que de acordo com os autores subsidiou a conquista de espaços universitários pela Arquivologia, e essa conquista foi um dos principais fatos que definiu os rumos e a configuração da disciplina no cenário brasileiro, a partir das recomendações do arquivista francês Boullier de Branche.

Marques (2007) aponta que o diretor do Arquivo Nacional foi o responsável por discutir a inserção de um curso de Arquivo, no caso o curso de Arquivologia, no ensino superior, em face do projeto de criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1930. E aborda também que no final de 1959 o diretor do Arquivo Nacional enviou uma carta à Embaixada da França, solicitando a colaboração de um Arquivista francês para conferências sobre a organização dos Arquivos franceses que eram modelo a época, pois no Brasil não existia cursos voltados a formação desses profissionais, e havia apenas um curso denominado de "Curso de Aperfeiçoamento de Arquivistas" na França e na Europa, cujo tratava basicamente das doutrinas, técnicas, métodos, história e organização de Arquivos.

O Arquivo Nacional foi um precursor para existência do Curso de Arquivologia que temos atualmente, pois foi ele o responsável também pela Publicação da tradução da obra *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*, que tem por título original "*Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven*", mais conhecido como "*Manual dos Arquivistas Holandeses*", dos autores Muller, Feith e Fruin (1973); assim como também a tradução da obra *Documentos Públicos e Privados: Arranjo e Descrição* do autor Schellenberg.

No prefácio do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973) o então diretor do Arquivo Nacional na época José Honório Rodrigues, aponta que essa obra ao lado de: *Manual e da Avaliação dos Documentos Públicos Modernos* também do autor Schellenberg; *A Significação dos Arquivos Econômicos* dos autores Gille e Holmes; *Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais*, de Marquant, e os dezenove folhetos técnicos mimeografados constitui a primeira biblioteca arquivística de toda a América Latina.

A autora Simões (2013) aponta que José Honório Rodrigues defende insistentemente durante sua gestão uma maior valorização da dimensão administrativa do Arquivo Nacional, principalmente no que diz respeito à produção editorial, que deveriam ser a edição de títulos que auxiliassem no aprimoramento da organização dos arquivos e na formação dos profissionais da área.

Além das obras citadas acima, que suas criações podem ser tidas como um intuito de padronizar o fazer Arquivístico, Simões (2013) expõe um quadro as publicações lançadas na gestão de Rodrigues, totalizando 27 títulos de publicações técnicas arquivísticas, o que o torna uma figura importante para a evolução do fazer arquivístico no Brasil, assim como também para Arquivologia brasileira.

A criação dos cursos de Arquivologia em nível superior no Brasil, de acordo com o que aborda Fonseca (2005) remete a 24 de janeiro de 1972, com o voto da Câmara de Ensino Superior que aprovou a criação desses cursos. Mas essa conquista só foi possível graças à criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, que hoje não mais existe.

A criação da AAB, pode ser considerada um marco para Arquivologia brasileira, pois a partir dela: começou a ser promovido o Congresso Brasileiro de Arquivologia; houve a publicação do primeiro periódico brasileiro da área, publicado

na revista Arquivo e Administração, cujo o último número da revista foi publicado em 1999; assim como também houve a regulamentação das profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo em julho de 1978. A criação de algumas Associações Arquivistas foram o precursor para a criação do curso de Arquivologia em alguns Estados brasileiros. O primeiro curso superior foi criado e oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 1973.

E em seguida foram criados os cursos de arquivologia nas: Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 1977; Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978; Universidade de Brasília (UnB) em 1990; Universidade Estadual de Londrina (UEL) em 1998; Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1998; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1999; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2000; Universidade Estadual Paulista (UNESP/MARÍLIA) em 2003.

E posteriormente nas: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2006; Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2008; Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2008; Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2008; Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em 2008; Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2010; e Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2012. Ao todo atualmente existem 16 cursos superiores de Arquivologia.

3 A VISIBILIDADE DO ARQUIVISTA FRENTE A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

Abordamos no tópico anterior sobre a importância dos Arquivos, porém tão relevante quanto os Arquivos são os seus gestores, portanto é necessário salientar a necessidade de um profissional qualificado dentro dos Arquivos, para gerir e disponibilizar adequadamente as informações contidas sob a guarda dessas instituições, pois sem a Gestão Documental, atividade que deve ser desempenhada pelo Arquivista, fica difícil tanto o uso como a disponibilidade dessas informações, acarretando apenas no acúmulo de informações tornando-se assim uma massa documental.

Segundo o que aborda Calderon et al (2004) é necessária à frente dos Arquivos a presença de Arquivistas, profissionais preparados a responder às necessidades do Arquivo e dos usuários internos e/ou externos que buscam informações para a elaboração de seus trabalhos.

O Arquivista é um profissional polivalente e aos poucos tem conquistado seu espaço no mercado de trabalho, mas ainda há muito o que conquistar, principalmente quanto ao fortalecimento da classe quanto a: Criação e Implementação de Políticas Públicas Arquivísticas; Criação do Conselho Federal de Arquivologia.

E segundo Jardim (2008) com a promulgação da Lei Federal nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências, foi um ponto relevante, pois o Estado brasileiro passou a dispor de um Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, incumbido de definir uma Política Nacional de Arquivos e atuar como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.

Outro ponto relevante nesse sentido é o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que no Art. 1. aponta que o CONARQ tem por finalidade definir a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, bem como também exercer orientação normativa visando à gestão documental, atividade e à proteção especial aos documentos de arquivo. (BRASIL, 1991)

A gestão de documentos é um processo que garante melhorias na organização dos Acervos, o que implica no acesso às informações, pois é durante gestão documental e que são desenvolvidos instrumentos a exemplo do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade, como o intuito de que não haja dentro dos arquivos apenas o acúmulo de documentos, uma massa documental acumulada, mais sim, que os Arquivos sejam organizados de forma que seus usuários tenham Acesso à Informação de forma que suas demandas sejam supridas.

Porém Jardim (2008) salienta que apesar do CONARQ ter desenvolvido diversas ações técnico científicas relevantes ao longo dos últimos anos, não formulou uma Política Nacional de Arquivos e tampouco implementou o Sistema Nacional de Arquivos. Assim como também aponta um aspecto interessante que é: muitas vezes a Legislação Arquivística ser confundida com Política Arquivística. Assim como também, discorre que, a Legislação Arquivística fornece elementos normalizadores à Política Arquivística, porém não é em si uma política.

A Lei Federal Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências, aborda em seu Art. 2º que são atribuições do Arquivista: planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos.

Assim como também: orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

E no Art. 3º aborda, que são atribuições dos Técnicos de Arquivo: recebimento, registro e distribuição dos documentos, bem como controle de sua movimentação; classificação, arranjo, descrição e execução de demais tarefas necessárias à guarda e conservação dos documentos, assim como prestação de informações relativas aos mesmos; preparação de documentos de Arquivos para microfilmagem e conservação e utilização do microfilme; preparação de documentos de arquivo para processamento eletrônico de dados.

O que faz uma separação entre a atuação dos Técnicos de Arquivo quanto a atuação dos Arquivistas. Porém, devido atualmente não termos um órgão que fiscalize o exercício da profissão de Arquivista, e ainda conforme a Lei Federal nº 6.546, de 4 de julho de 1978, podem atuar como Técnicos de Arquivo portadores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau (BRASIL, 1978). O que deixa aberto para qualquer pessoa que não possua uma qualificação adequada na área de Arquivologia possa atuar dentro dos arquivos, pois alguns editais exigem apenas o nível técnico.

Embora o Arquivista ainda não tenha a mesma visibilidade quanto outros profissionais da informação como o Bibliotecário, um ponto relevante que tem feito a profissão ganhar um pouco mais de visibilidade além dos pontos já citados como a Lei Federal nº 6.546/1978, é a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mais conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, que regula o acesso a informações (BRASIL, 2011). Pois para que os usuários tenham Acesso à Informação de forma rápida e segura, se faz necessário Acervos bem geridos, de forma que a informação possa ser recuperada de maneira eficaz.

Assim como também, se faz necessário a realização de estudos de usuários, para reconhecer quem são os usuários reais e potenciais dos arquivos, de forma a disponibilizar informações que atendam de fato as demandas desses usuários, cujo esses estudos são realizados pelos Arquivistas.

E assim como também já citado, para que a classe Arquivista obtenha uma maior visibilidade e garantias do exercício da profissão de forma resguardada, é necessário a criação do Conselho Federal de Arquivologia. Os Conselhos Federais são os órgãos que tem como principal função fiscalizar o exercício das profissões, e tomando como exemplo a Biblioteconomia, é necessário também a criação dos

Conselhos Regionais de Arquivologia, pois de acordo com informações disponíveis no website do Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região - CRB15 (2019), os Conselhos Regionais de Biblioteconomia têm por objetivos básicos fiscalizar o exercício da profissão e contribuir para o aprimoramento da área e seus profissionais.

Assim, como também apontam que o exercício da profissão só é permitido aos graduados de nível superior em Biblioteconomia. E que para exercer legalmente a profissão é obrigatório, ainda, o registro no Conselho Regional, assim como ocorre com outros profissionais liberais, como médicos, advogados e arquitetos, que devem se inscrever em seus respectivos Conselhos. Pois somente aos profissionais que são vinculados aos conselhos lhes é assegurado seus direitos quando os mesmos mantêm seus registros atualizados juntamente com o pagamento das anuidades.

O CRB15 (2019) aborda também que os Conselhos Regionais exercem ações administrativas, normativas, supervisoras e disciplinares, tendo ainda por finalidades gerais: zelar pelo bom conceito da profissão; orientar e defender o livre exercício da profissão; julgar infrações à Lei e à Ética; servir como órgão consultivo do Governo, no que se refere aos interesses dos bibliotecários. Também é sua atribuição a organização e manutenção de cadastros de profissionais registrados, de escolas de Biblioteconomia (bibliotecas) e Centros de Documentação.

Na ausência de um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Arquivologia, são as Associações Arquivistas que têm desempenhado além de suas funções o papel desses órgãos, buscando de alguma forma fiscalizar o exercício da profissão e defendendo de forma geral os interesses da classe. As Associações são um dos principais caminhos para o fortalecimento da classe, tendo em vista que a classe obtenha uma maior visibilidade, e conseqüentemente haja a criação do Conselho Federal de Arquivologia.

3.1 ASSOCIATIVISMOS, COOPERATIVISMO E SINDICALISMO

O Associativismo pode ser entendido como um movimento por parte de uma classe seja de trabalhadores, comerciantes, estudantes, de pessoas de um modo geral, que se congregam em associações para a defesa de seus interesses. E de

acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2019) o associativismo é um instrumento importante para que uma comunidade saia do anonimato e passe a ter maior expressão social, política, ambiental e econômica. É um tema abordado por diversas áreas do conhecimento, e relevante para a o fortalecimento das classes profissionais.

Assim como também Santos e Silva (2018, p.688) discorrem que:

O associativismo dos arquivistas teve início, no Brasil, nos anos 70, com criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), constituída como sociedade civil de direito privado e instituída para dignificar socialmente a profissão arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia no país. Esse foi um período significativo, uma vez que a AAB tinha o objetivo de institucionalizar o Curso de Graduação em Arquivologia no Brasil e o arquivista. A partir desse movimento, a profissão de arquivista foi regulamentada pela Lei nº. 6.546, de 04 de julho de 1978.

Na área Arquivística poucos autores abordam sobre a temática proposta, os textos existentes narram sobre associativismo e mercado laboral, associativismo e visibilidade profissional, e isso se dar de acordo com o que destaca Souza (2011), devido ao Associativismo Profissional não ser um tema recorrente aos Arquivistas. Porém a Temática deve ser abordada de forma mais recorrente, pois na ausência de um Conselho Federal, as Associações Profissionais é que devem desempenhar o papel de representantes da categoria.

A autora Hahn Lüchmann (2014) explana que o Associativismo é uma forma de democracia. E além disso que "[...] as redes associativas [...] reduzem os comportamentos oportunistas, desenvolvem um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que são sustentáculos da vida democrática." (HAHN LÜCHMANN, 2014, p.164). Já de concordância com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR (2015), o Cooperativismo pode ser entendido como um movimento, uma filosofia de vida e um modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. É um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital, ele visa às necessidades do grupo e não o lucro, buscando a prosperidade conjunta e não a individual.

E segundo o que menciona o SEBRAE(2019) as Associações são indicadas para levar adiante uma atividade social e têm como finalidade: assistência social,

educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia. Enquanto as Cooperativas têm um objetivo essencialmente econômico, tendo como principal foco viabilizar o negócio produtivo dos associados no mercado.

Segundo o que aponta o SENAR (2015) o Sindicalismo pode ser entendido como um movimento social que preconiza a organização dos trabalhadores e profissionais em Sindicatos representativos dos interesses trabalhistas e políticos dos associados. E como forma de organização e luta dos trabalhadores pelos seus direitos trabalhistas e políticos.

E de consonância com Cesário (2017) as associações e sindicatos são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que reúnem indivíduos com os mesmos interesses e objetivos comuns e que as Associações atuam em nome, apenas, de seus associados, enquanto o sindicato em prol de toda a categoria profissional ou econômica, independentemente de filiação. Podemos então concluir que tanto o Associativismo como o Cooperativismo e o Sindicalismo, podem ser compreendidos como movimentos sociais organizados em prol de determinadas classes com o mesmo interesse.

3.2 ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O FORTALECIMENTO DA CLASSE ARQUIVISTA

A sociedade é constituída por pessoas, em que a todo o momento tomam decisões baseadas em seus interesses, sejam individuais ou em grupos, interesses esses que surgem a partir de uma determinada necessidade. E com a união e os esforços de pessoas com o mesmo interesse é possível alcançar os objetivos traçados, de maneira mais forte e efetiva. (SENAR, 2015). De acordo com o Art. 53. da Lei Federal nº 10.406 de 10 Janeiro de 2002, "Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos. " (BRASIL, 2002). As Associações representam determinado grupo social e também tem o papel de atuar facilitando o exercício profissional. As Associações são instituições que buscam promover a educação, a cultura, a política e os interesses comuns de determinadas classes, regiões ou setores.

De acordo com Souza (2011) as Associações podem e devem trabalhar em conjunto com as universidades e outras entidades de formação de futuros profissionais, com o intuito de melhorar os planos de estudo e preparação dos mesmos, tendo como principal objetivo atuar em defesa da categoria.

As Associações Profissionais têm um papel importante, em relação aos estudos de mercado, o que contribui para a valorização e reconhecimento do Arquivista. De acordo com o que retrata a autora Souza (2011, p.121) "os coletivos profissionais podem e devem desenvolver um papel fundamental na indicação e na elaboração de estudos de mercado, que vão contribuir mais ainda para o reconhecimento desse profissional por parte da sociedade."

O autor Reis (2006) destaca que a primeira Associação Arquivística surgiu em 1973 com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). Entre os anos 70 e 80 começa a se pensar a Arquivística como parte da Ciência da Informação, a partir dos anos 90 há uma acentuação chegando a afirmação da Arquivística como Ciência. Assim como também no Brasil de acordo com o que aborda Souza (2011) a primeira Associação Arquivística surge na década de 90, denominada como Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB).

No Brasil de acordo com a UEPB (2019), atualmente temos doze Associações Arquivísticas, sendo que a Região Sudeste é a que apresenta o maior número, possuindo o total de quatro Associações: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ); Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES); Associação Mineira de Arquivistas (AMArq) e a Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP).

Em seguida aparece a Região Nordeste cujo possui três Associações: Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA); Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) e a Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE). E a Região Sul com: Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC), Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR) e a Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul (AARS). Em terceiro lugar aparece a Região Centro-Oeste com o número de duas associações : a Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (AAG) e a Associação Brasileira de Arquivologia (Abarq).

4 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA (AAPB): ORIGENS E ATUAÇÃO

Em conformidade com informações fornecidas no home page da Associação dos Arquivistas da Paraíba (2019), a AAPB trata-se de uma entidade privada sem fins lucrativos que visa congrega Arquivistas e Profissionais de arquivo e Estudantes de Arquivologia. A Associação teve seus primeiros diálogos em meados de 2010, mas sua fundação só ocorreu no dia 19 de novembro de 2013 com a 1ª Assembleia Geral, contando com a participação de Arquivistas, Profissionais de Arquivo, Professores e Estudantes de Arquivologia.

Entre os anos de 2010 e 2011, ocorreram, apenas duas reuniões em prol da Criação da AAPB. No ano de 2012 foi realizada a terceira reunião objetivando retomar as discussões de criação da AAPB, e a partir disso foi constituída a Comissão Provisória composta por doze membros eleitos e responsáveis pela elaboração do Estatuto de fundação. No dia 17 de setembro de 2015 ocorreu a 1ª eleição para escolha da Diretoria Executiva, Conselho de Ética e Conselho Fiscal para o biênio 2015/2017.

A AAPB tem como objetivos: congrega Arquivistas e profissionais que atuam e desenvolvem atividades que se relacionam aos arquivos e a Arquivologia, defendendo seus interesses; cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, na solução de problemas relacionados aos Arquivistas, aos Arquivos e à Arquivologia; organizar congressos, conferências, palestras, simpósios, mesas redondas, seminários, reuniões, encontros e outros eventos que contribuam para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento profissional no campo da Arquivologia.

Além de colaborar quando solicitada e na medida de suas possibilidades, nos eventos promovidos por entidades afins; publicar e divulgar literatura e documentação técnico-científica de interesse da área; manter intercâmbio, profissional, cultural, técnico-científico e social com entidades congêneres no país e no exterior; promover cursos para atualização, capacitação e aprimoramento técnico dos arquivistas e profissionais de arquivo.

Assim, como também conferir títulos, certificados, prêmios e láureas a profissionais que se destacarem no campo da Arquivologia; organizar e manter

atualizado sistema de informação técnico-científica, bem como o cadastro dos profissionais que atuam na área. Fazer-se representar por seu presidente em exercício ou por outro membro da diretoria assim indicado, perante todas as entidades congêneres; desenvolver e divulgar projetos culturais (AAPB, 2019).

A AAPB possui uma home page bem estruturada e de fácil compreensão, cujo estão disponíveis todas as informações sobre as formas de filiação e demais informações sobre a Associação, seus parceiros e formas de atuação. A Associação possui as seguintes categorias de filiação: Estudantes; Técnicos em Arquivos; Arquivistas; Professores e Empresas.

5 METODOLOGIA

A Pesquisa científica pode-se considerar como um procedimento intelectual, racional e fruto de curiosidade e indagação; e propõe a explorar o mundo físico, ou seja, estudar a complexidade das coisas para melhor entendê-las nos seus princípios e funcionamento. (MICHEL, 2009).

De anuência com Michael (2009, p. 35) "Pode-se entender metodologia como um caminho que se traça para se atingir um objetivo qualquer.". O fenômeno a ser explorado a qual propomos refletir é o Associativismo Profissional Arquivístico. E ainda de acordo com o que explana Michel (2009) a metodologia é um caminho que busca a verdade num processo de pesquisa e que utiliza procedimentos científicos, critérios normalizados e conceitos científicos.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi realizada uma pesquisa com abordagem qualiquantitativa, de natureza descritiva, em busca de compreender o processo de Associativismo Arquivístico no Estado da Paraíba, tomando como objeto de estudo os Arquivistas formados pela UEPB e UFPB, e a AAPB no recorte de tempo de 2015 a 2018 devido ao pouco tempo para análise dos dados.

Inicialmente foi realizado um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualiquantitativa com o objetivo de auxiliar na definição da temática, foi realizada uma revisão bibliográfica, selecionando materiais que fornecessem subsídio a pesquisa como: livros, artigos; periódicos; dissertações; e teses, que abordassem sobre a temática, com enfoque na literatura arquivística existente, a exemplo de autores como Souza (2011) que é uma das pioneiras a falar sobre a temática proposta dentro do campo Arquivístico. E para tanto os principais descritores utilizados foram: Associativismo; Associativismo Arquivístico; Associação Profissional; Associação Arquivista; Cooperativismo; Sindicalismo; Conselho Federal; Visibilidade profissional; Políticas Públicas Arquivísticas.

O método de coleta de dados utilizado foi a ferramenta Formulário Googles, de forma semiestruturada. O formulário é um instrumento de coleta de dados e de acordo com Michel (2009) é constituído de uma lista de questões previamente elaboradas e ordenadas para o propósito da pesquisa. Os formulários foram aplicados via e-mail, aos Arquivistas formados pela UEPB e UFPB no período de

2015 a 2018; e a AAPB. Para tanto foi solicitado às coordenações de Arquivologia tanto da UEPB quanto da UFPB, uma lista com os respectivos e-mails dos egressos. A UEPB nos enviou uma lista com 228 e-mails e a UFPB com 193. Os e-mails foram selecionados aleatoriamente, foram enviados apenas 30 questionários aos egressos de cada universidade devido ao tempo para coleta e análise dos dados. E dos 30 enviados a UEPB obtivemos 12 respostas e dos 30 enviados a UFPB obtivemos 8 respostas.

O formulário aplicado aos Arquivistas teve o objetivo investigar e identificar o quantitativo de profissionais que são sabedores do que é a AAPB, e dentre os investigados o percentual de filiados; se os respectivos Arquivistas sabem como se dá o processo de vinculação e as formas cujo a AAPB pode atuar defendendo e revogando direitos da Classe Arquivista. Assim como também identificar quais as possíveis causas pelas quais os profissionais que não são filiados a AAPB ainda não tenham se vinculado. Já o formulário aplicado a AAPB teve como objetivo investigar e identificar: quando a Associação surgiu; quais as categorias disponíveis para filiação; o quantitativo de vinculados; e quais as formas de atuação da AAPB.

O processo de coleta de dados se deu com aplicação de formulários via e-mail no período de 21 de maio a 28 de outubro de 2019, de 228 egressos formados pela UEPB e 193 egressos formados pela UFPB. Para a o processo de análise dos dados utilizamos o método de Análise de Categorias, e dividimos as questões em três blocos, 1 Sociodemográfico; 2 Associativismo e 3 AAPB. E como medida de resguardar os os respondentes utilizaremos códigos com a Letra E e F mais um número de acordo com o respondente, a exemplo E1 para representar o respondente 1 da UEPB, F mais um número para representar os respondentes da UFPB, a exemplo F3 para representar o terceiro respondente da UFPB, e o termo Respondente AAPB no que diz respeito a Análise dos dados coletados junto a AAPB.

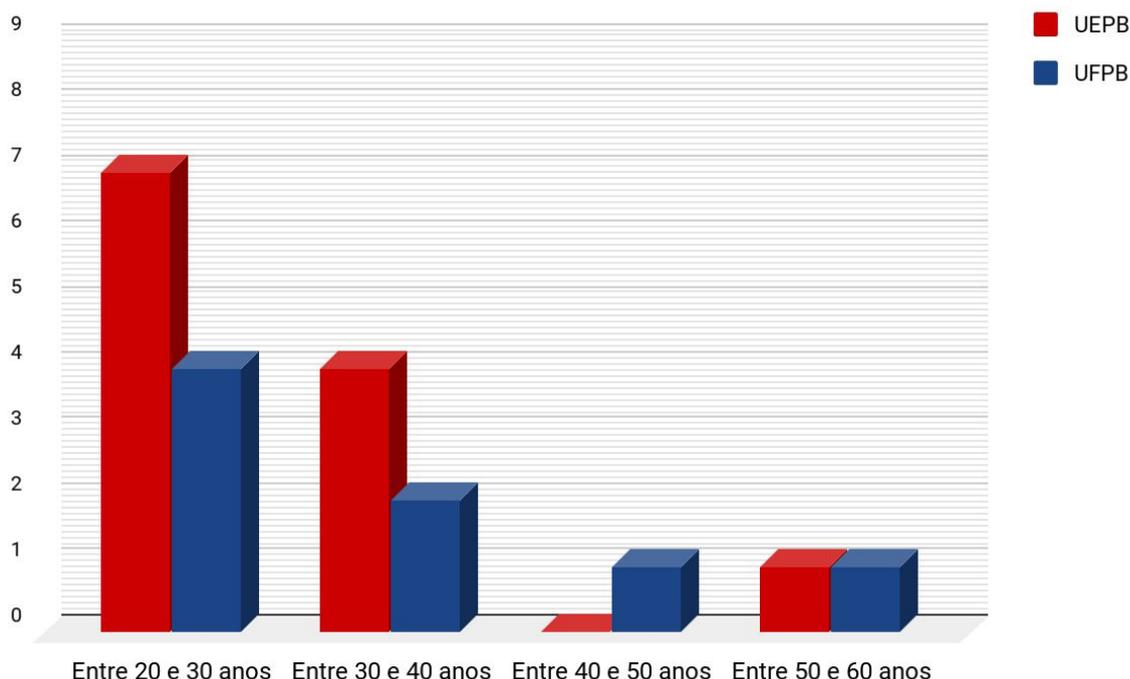
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente iremos analisar os dados coletados junto aos egressos das Universidades Estadual e Federal da Paraíba, e posteriormente os dados coletados junto a Associação dos Arquivistas da Paraíba. Para representar os respondentes da UEPB será utilizado a letra E, a exemplo: E1 que será o mesmo que respondente 1 da UEPB. Para representar os respondentes da UFPB será utilizado a letra F a exemplo: F1 para o respondente 1 da UFPB. E a AAPB será representada através de: R.A que será o mesmo que representante da AAPB.

6.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Inicialmente procuramos identificar um pouco do perfil dos egressos, a primeira pergunta foi: Qual a sua Idade? Com o intuito de saber a média de idade dos egressos, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Idade

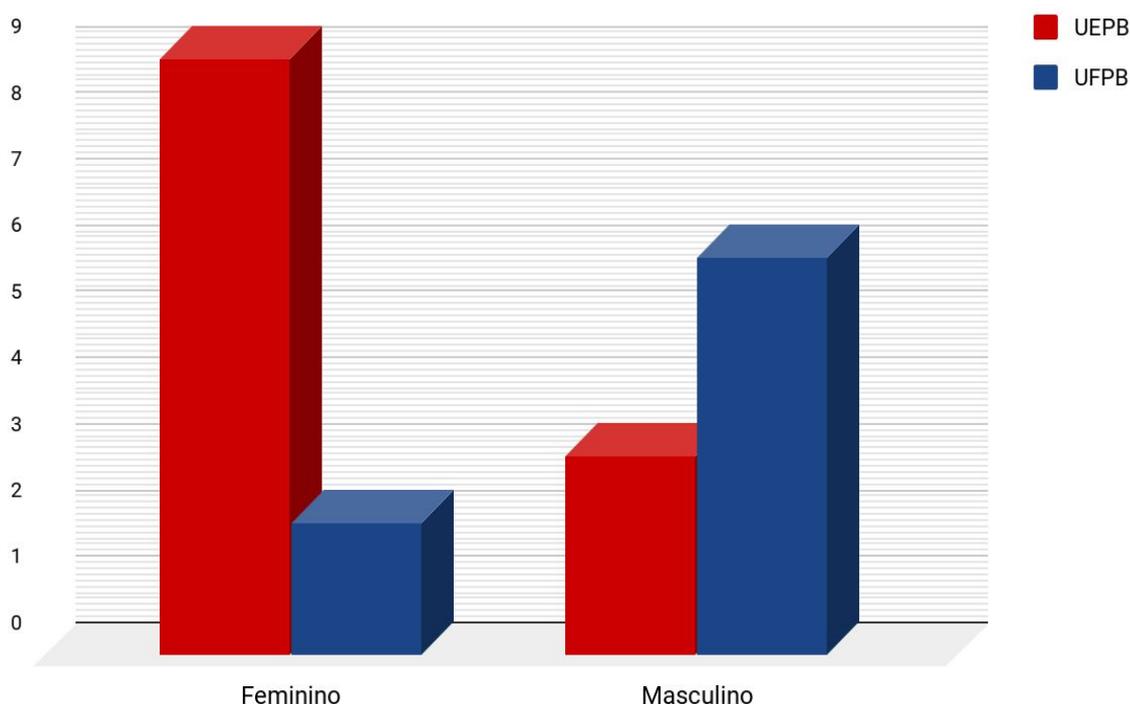


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

O gráfico exposto anteriormente demonstra que 7 a cada 12 respondentes da UEPB e 4 a cada 8 respondentes da UFPB tem idade entre 20 e 30 anos. Enquanto 4 a cada 12 da UEPB e 2 a cada 8 da UFPB tem idade entre 30 e 40 anos. Apenas 1 a cada 8 da UFPB tem entre 40 e 50 anos. E 1 a cada 12 da UEPB e 1 a cada 8 da UFPB responderam que têm entre 50 e 60 anos. Dessa forma podemos constatar que a maioria dos egressos tanto da UEPB quanto da UFPB têm a média de idade entre 20 e 40 anos.

O segundo questionamento feito aos egressos foi: Qual o seu gênero? A seguir está exposto no gráfico os dados coletados:

Gráfico 2: Gênero



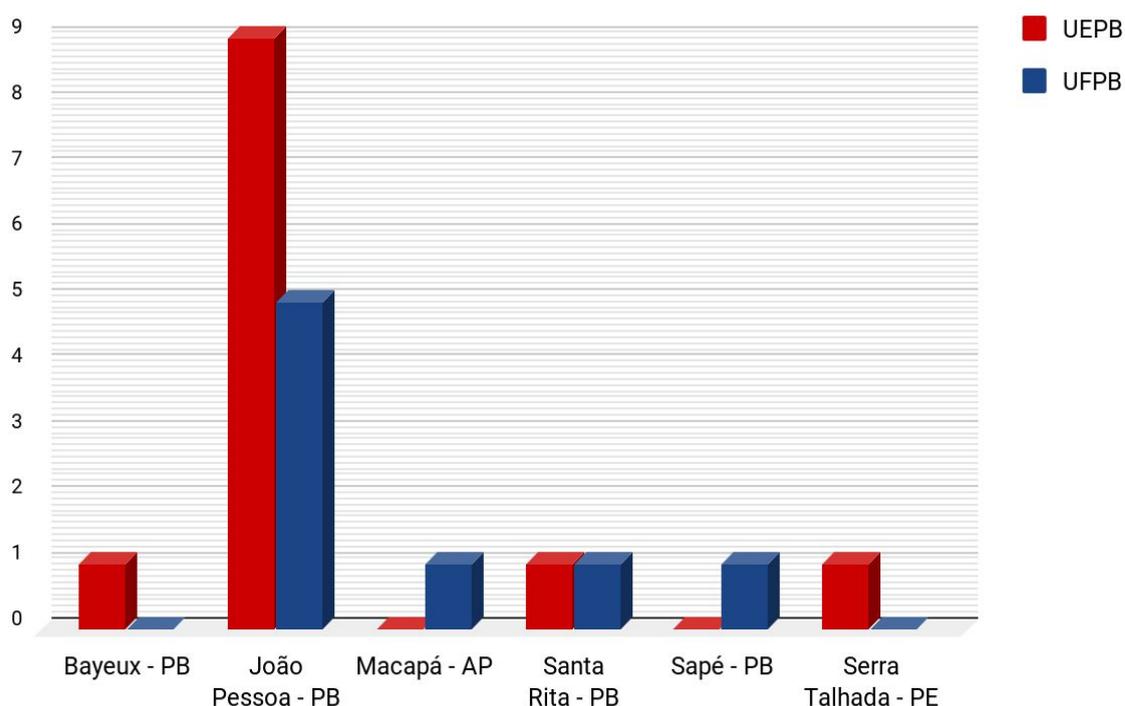
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Podemos identificar através dos dados expostos que a maioria dos egressos da UEPB são do gênero feminino, pois 9 a cada 12 egressos responderam que são do gênero feminino enquanto apenas 3 responderam que são do gênero masculino. Já quanto aos egressos da UFPB podemos perceber o contrário, o que prevalece é

o gênero masculino, pois 6 a cada 8 egressos responderam ser do gênero masculino e apenas 2 responderam ser do gênero feminino.

Outro ponto investigado foi: Em que cidade/estado você reside atualmente? Com o intuito de identificar se egressos residem no Estado da Paraíba ou em outro Estado. A seguir o gráfico com os dados coletados:

Gráfico 3: Cidade e Estado que residem os egressos



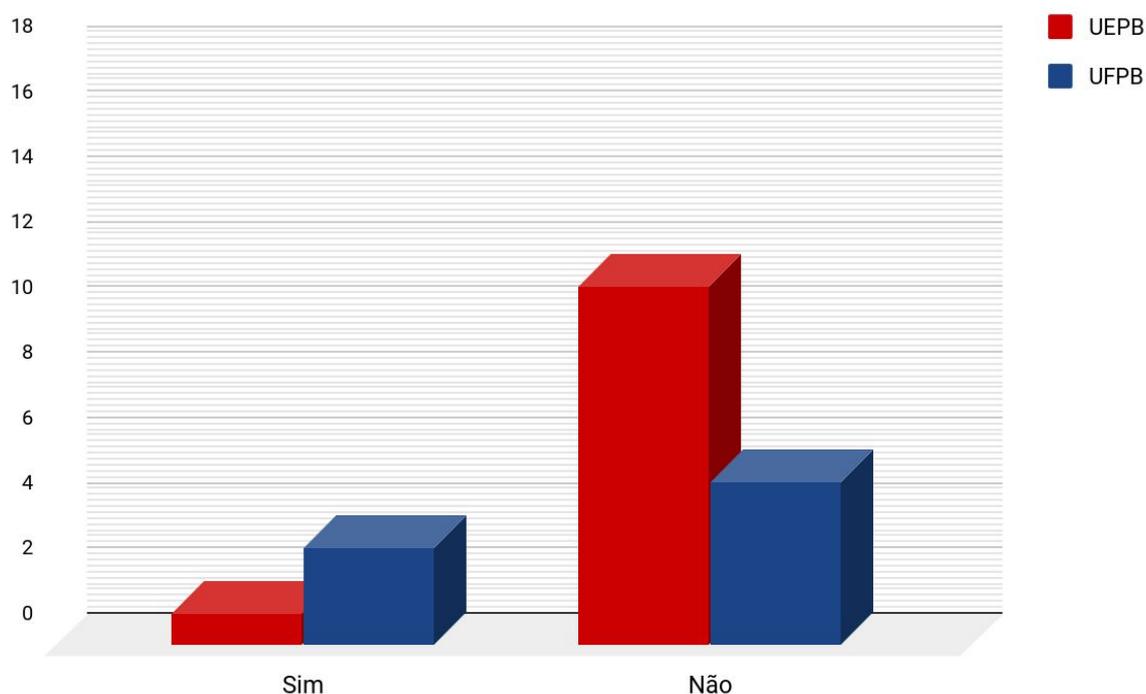
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Observando o gráfico acima é possível perceber que em sua maioria os egressos residem no Estado da Paraíba, pois apenas um egresso de cada universidade respondeu está residindo em outro Estado. E 9 a cada 12 egressos da UEPB e 5 a cada 8 da UFPB, o que simboliza a maioria dos respondentes, se concentram principalmente na cidade de João Pessoa, cidade que estão fixados os cursos de Arquivologia no Campus V da UEPB e do Campus I da UFPB.

Posteriormente foi realizado o seguinte questionamento: Você está atuando como Arquivista? A fim de identificar se os egressos estão ou não atuando como

Arquivistas e se não o porquê de não estarem. A seguir o gráfico com as respostas em sim ou não, se os egressos estão atuando como Arquivistas:

Gráfico 4: Os egressos estão atuando como Arquivista



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

De acordo com o exposto no gráfico é possível perceber que a maioria dos egressos não estão atuando como Arquivistas e constatar que a cada 20 Arquivistas formados no Estado da Paraíba, apenas 4 estão atuando na área. Sendo que 3 desses Arquivistas são formados pela UFPB e 1 pela UEPB, 2 desses egressos alegaram está atuando em João Pessoa e 2 em outros Estados.

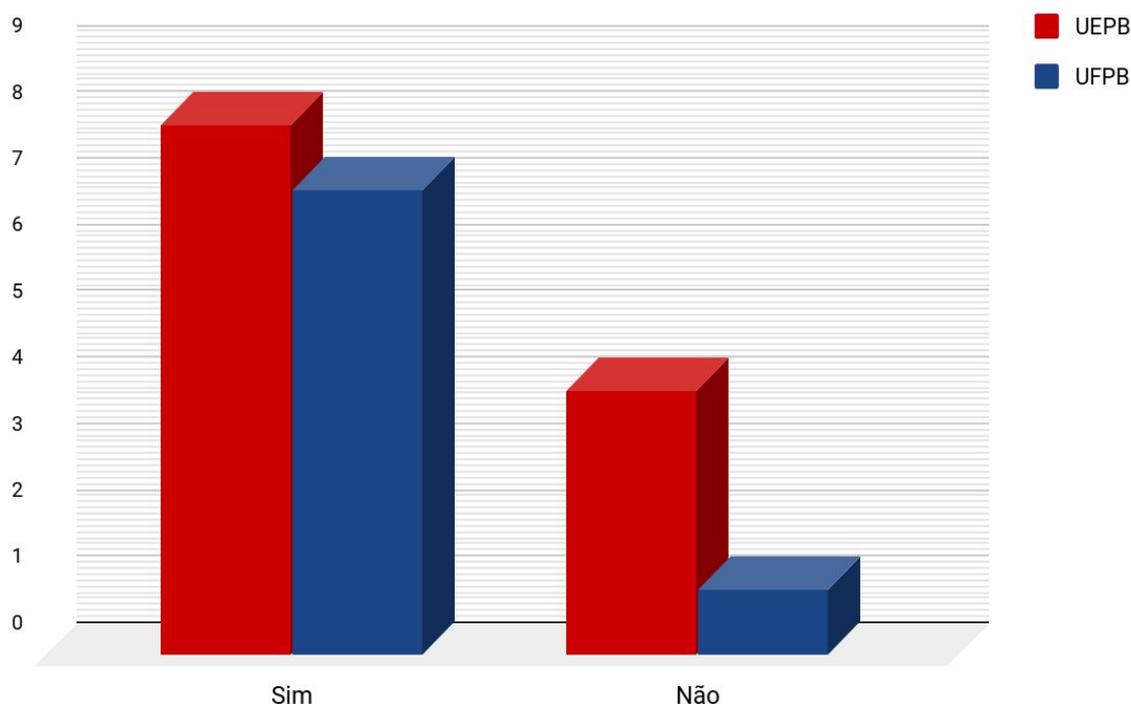
Foi questionado também: Caso a resposta anterior tenha sido sim, qual o nome da instituição que você está trabalhando? Caso a resposta tenha sido não, justifique o porquê de não está atuando como Arquivista. Os egressos que responderam sim, disseram estar trabalhando nas seguintes instituições: Prefeitura Municipal de Serra Talhada; Associação dos Docentes da UFPB- AdufPB; Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP; e um dos respondentes não apontaram a

instituição. E dos 9 egressos da UEPB que responderam não estão atuando na área o respondente E7 alegou ser estudante de pós graduação, o respondente E5 afirmou ter interesse em ingressar na pós graduação, os respondentes E2 e E9 disseram está atuando em cargos distintos. E4, E6, E8 e E10 não justificaram o porquê de não está atuando como Arquivista; e os respondentes E1 e E12 responderam que não estão atuando por falta de oportunidade. E os 5 egressos da UFPB que não estão atuando como Arquivista: o respondente F3 alegou ter sido contratado como técnico de Arquivo; e os respondentes F1, F4 e F7 apontaram a questão da falta de oportunidade e do mercado ser pouco valorizado.

6.2 ASSOCIATIVISMO

Foi também perguntado: Você sabe o que é, ou já ouviu falar sobre Associativismo Profissional? Com o intuito de saber se os egressos tinham algum conhecimento sobre a temática recorrente, e abaixo segue o gráfico indicando as respostas dos egressos:

Gráfico 5: Os egressos sabem o que é Associativismo Profissional

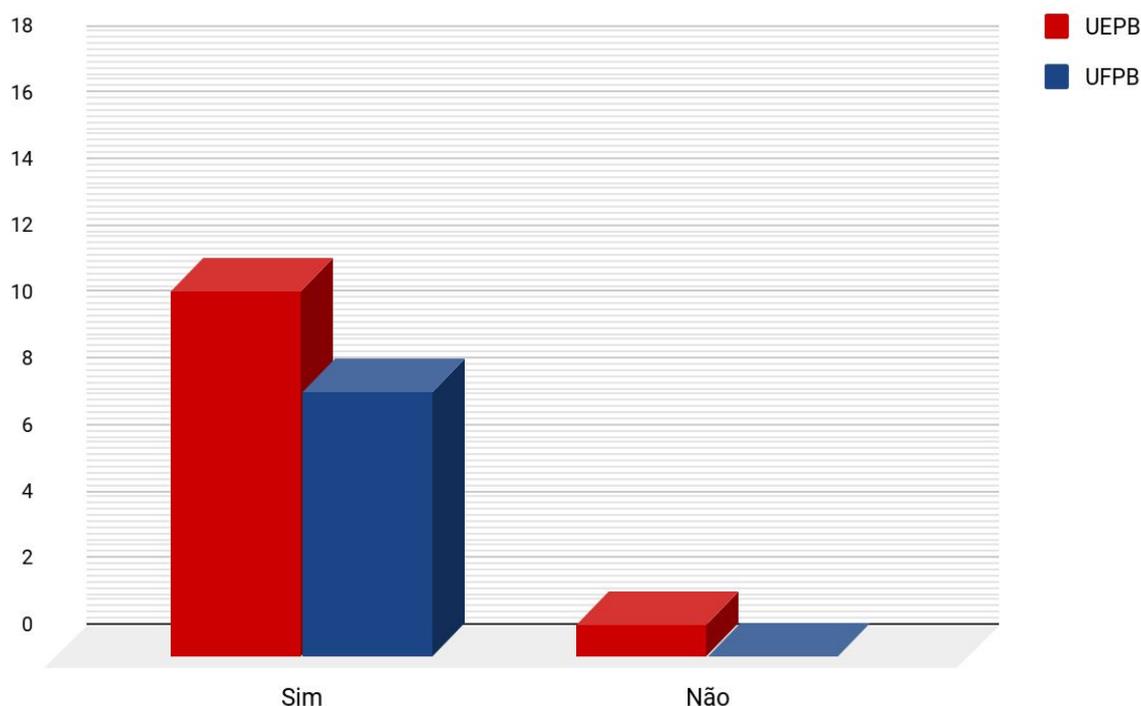


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Os dados demonstrados anteriormente apontam que a maioria, 8 a cada 12 egressos da UEPB e 7 a cada 8 da UFPB tem algum conhecimento sobre do que se trata o Associativismo Profissional ou já ouviu falar. Porém 4 egressos da UEPB e 1 da UFPB afirmaram não ter conhecimento sobre o que se trata, totalizando 5 dos 20 participantes, o que demonstra que o tema deve ser abordado de forma mais recorrente, pois de acordo com Souza (2011) a literatura arquivística que aborda sobre questões a respeito sobre o mercado laboral são nacionalmente e internacionalmente escassas, e mesmo que o tema esteja presente em alguns eventos, têm pouca Incidência.

Foi questionado aos egressos: Na sua opinião o Associativismo profissional seria o melhor caminho para o fortalecimento da Classe Arquivista, visando a criação do Conselho Federal de Arquivologia, Sim ou Não? Se não, justifique apontando outras alternativas. E a seguir temos o gráfico com as respostas:

Gráfico 6: O Associativismo profissional é o melhor caminho para o fortalecimento da classe



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Na pergunta anterior não foi solicitado justificativa para resposta, mas um dado interessante é que alguns participantes que responderam sim, justificaram o porquê de acreditarem que o Associativismo é o melhor caminho para o fortalecimento da classe no momento atual. A seguir o quadro com as justificativas dadas pelos respondentes:

Quadro 1: Justificativas apresentadas pelos respondentes

RESPONDENTES /JUSTIFICATIVAS	
E1	"Sim, é o único caminho que vejo no momento."
E2	"Sim, porque ajuda a fortalecer a classe."
E4	"Sim, porque assim seria possível a criação de um órgão nacional responsável por atribuições constitucionais de fiscalização e normatização da prática arquivística, que exerça um papel importante tanto para os profissionais, quanto para a sociedade, atuando na classe para o interesse de todos que dele dependa."
E9	"Creio que contribui sim!"
E1 1	"Sim. Fará com que a categoria tenha mais visibilidade"
F2	"Sim, A criação do Conselho Federal de Arquivologia trará força à categoria. Mas não sei se terá uma aceitação ou visibilidade forte, maior do que a Associação tem hoje. O que falta é: os arquivistas se engajarem nessa luta, cada um acreditando nos benefícios de ser um associado."
F6	"Sim. É um começo."

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

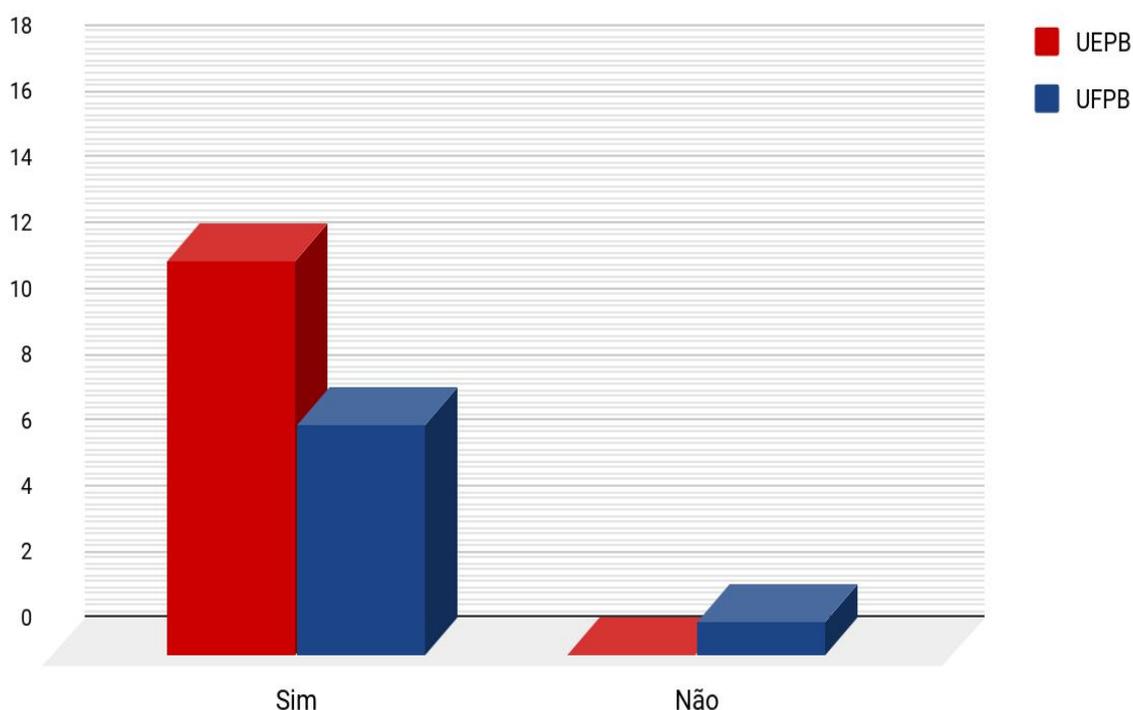
É possível perceber através das justificativas dadas pelos respondentes e demonstradas no quadro acima que em sua maioria, os egressos acreditam que o Associativismo Arquivístico seja no atual momento o melhor caminho o fortalecimento da Classe Arquivista, e para que haja futuramente a criação do Conselho Nacional de Arquivologia, pois fará com que a classe ganhem mais visibilidade.

Porém se faz necessário que haja uma maior adesão às Associações, através da filiação as mesmas, pois de acordo Almeida, Feitoza E Felix (2018, p.718) "as associações, através da adesão de pessoas cujos interesses estão em um mesmo fim, convergem para o atendimento das aspirações dos seus associados, que buscam nela e através dela um maior engajamento para as suas demandas", e para tanto é necessário que a AAPB se engaje cada vez mais em atuar e publicizar suas ações em prol da categoria e a categoria busque aderir a esse movimento, fortalecendo o poder de atuação da Associação pois um necessita do outro.

6.3 ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA-AAPB

Procuramos investigar se os egressos conhecem a AAPB e foi feito o seguinte questionamento: Você conhece ou já ouviu falar sobre a Associação dos Arquivistas da Paraíba-AAPB? A seguir o gráfico com os dados expostos:

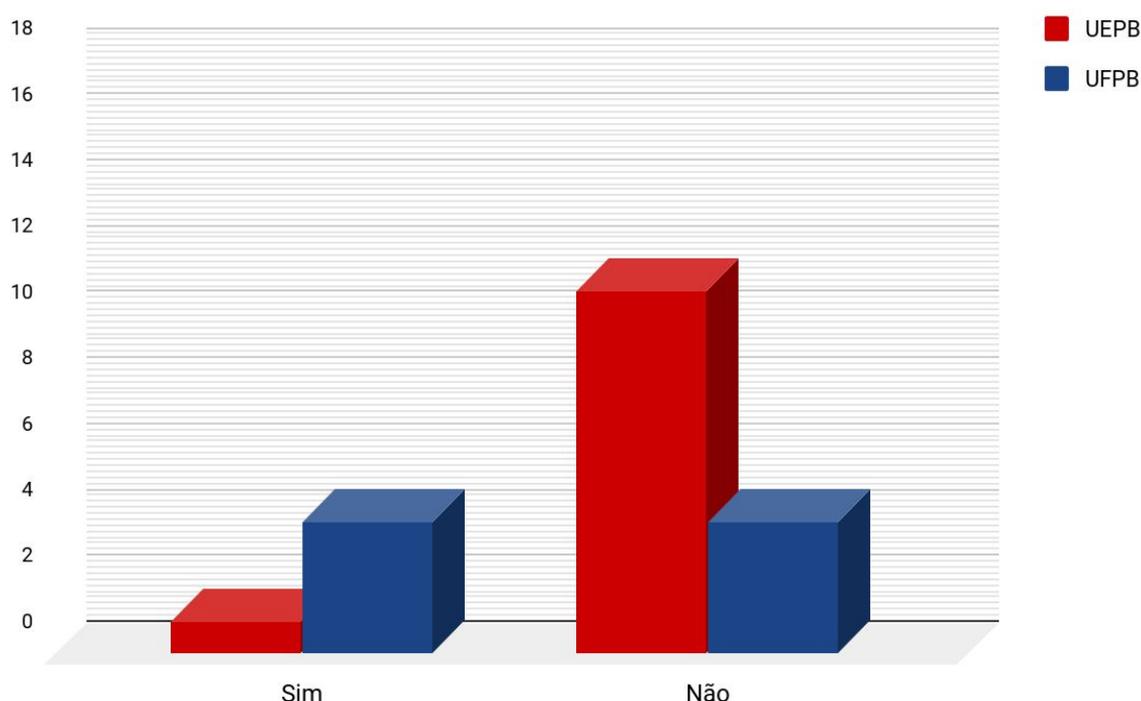
Gráfico 7: Os egressos conhecem a AAPB



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Quase em unanimidade os egressos responderam que Sim, que conhecem ou já ouviram falar sobre a AAPB, com exceção do egresso 4F que alegou não conhecer a Associação. E foi questionado posteriormente: Você possui vínculo com a AAPB, ou com alguma outra Associação? A fim de identificar o quantitativo de egressos associados a AAPB. A seguir os resultados expostos no gráfico:

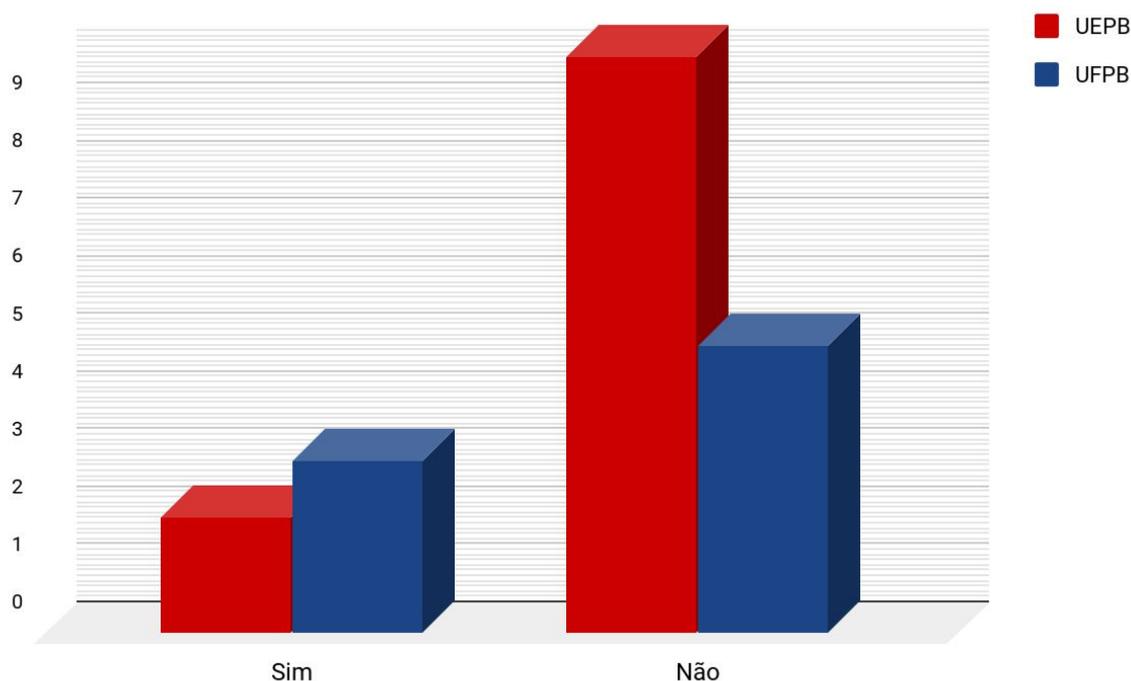
Gráfico 8: Os egressos possuem vínculo com a AAPB ou com alguma outra Associação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Os dados acima demonstram o número de adesão a AAPB ainda é baixo principalmente por parte dos egressos da UEPB, pois apenas 1 de 12 egressos o respondente E5 afirmou possuir vínculo com a AAPB, já quanto aos egressos da UFPB o número de vinculados se mostrou razoável 4 vinculados a cada 8 egressos.

Posteriormente foi questionado: Caso sua resposta anterior tenha sido sim, para AAPB, você acompanha as atividades desenvolvidas por essa Associação? Em busca de identificar se os egressos que têm algum interesse nessas atividades. A seguir o gráfico com os resultados:

Gráfico 9: Os egressos acompanham as atividades desenvolvidas pela AAPB

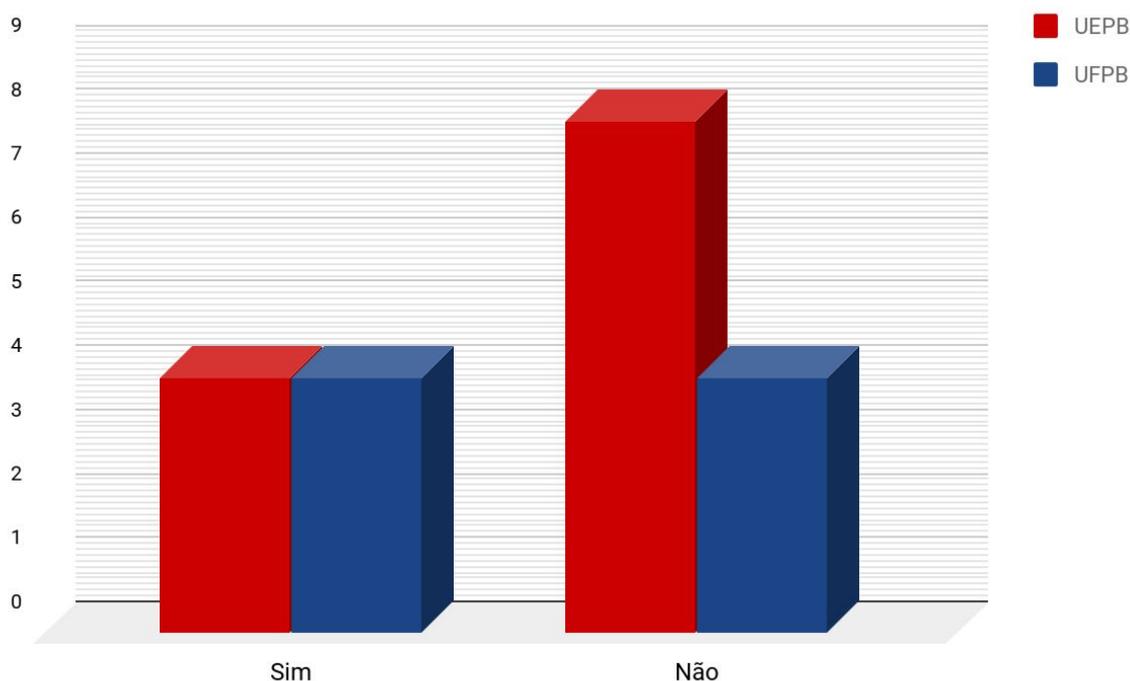
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Os dados apontaram que 5 dos 20 respondentes acompanham as atividades da AAPB, sendo que dos 5, sendo 2 a cada 12 regressos da UEPB e 3 a cada 8 da UFPB. Os dados apontaram que dois dos 5 respondentes que alegaram ser vinculados a AAPB o F5 e o F6 não acompanham as atividades e que dois egressos que mesmo não sendo vinculados a AAPB o E7 e F1 acompanham.

E conforme o que Souza (2011, p.156) aponta "A interação dos Arquivistas com os coletivos profissionais é mais frequente quando o profissional considera que a associação estabelece ações que o ajudam a ser reconhecido profissionalmente." o que dessa maneira podemos perceber que a AAPB necessita interagir mais com seu público alvo, de forma que a maioria dos egressos tenham um maior interesse e interaja com a Associação .

Em seguida foi questionado: A AAPB possui uma home page, você já visitou? Em busca de compreender se os egressos realmente tem conhecimento sobre a Associação e se buscam informações a respeito das atividades que a mesma desenvolve, tendo em vista que mesmo que eles não tenham um contato "direto" com a AAPB mas se ao menos tem acesso a home page da Associação, pois estamos inseridos na sociedade da informação e as Tecnologias facilitam cada vez mais o acesso. Segue o gráfico com a demonstração dos resultados:

Gráfico 10: Os egressos já visitaram a home page da AAPB

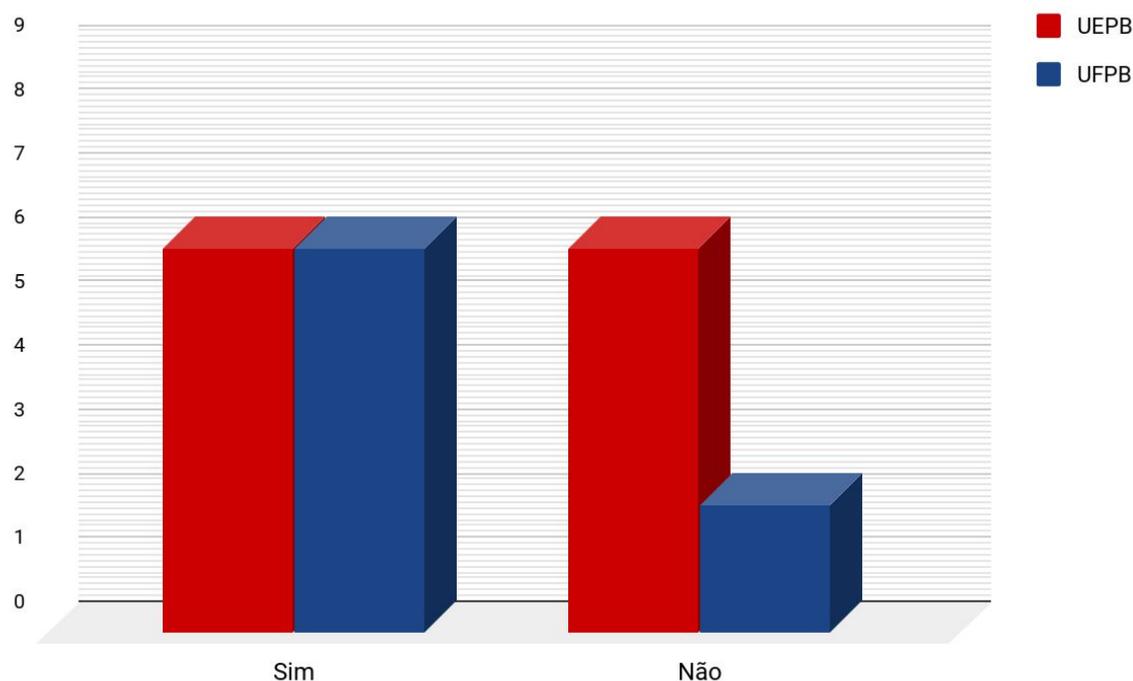


Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Como exposto no gráfico acima 4 a cada 8 egressos da UFPB já visitaram e 4 não. Enquanto 8 a cada 12 egressos da UEPB não e apenas 4 visitaram a home page.

Foi investigado também a opinião dos egressos no que diz respeito a atuação da AAPB, se na visão deles ela tem contribuído quanto ao aumento da visibilidade profissional da Classe Arquivista. A seguir o gráfico com o quantitativo das respostas a respeito da contribuição da AAPB com a classe:

Gráfico 11: AAPB tem contribuído com o aumento da visibilidade da Classe Arquivista



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019.

Os dados acima apontam que a metade dos egressos da UEPB acreditam e metade discorda que a AAPB tem contribuído com o aumento da visibilidade da classe. E que 6 a cada 8 egressos da UFPB acreditam que tem contribuído, apenas 2 dos egressos da acreditam que não. Porém de acordo com Santos e Silva (2018, p. 688) o Associativismo é um caminho ao qual "os indivíduos unem esforços em defesa da categoria, promovem e ampliam o reconhecimento da profissão e se fortalecem para conquistar os direitos de sua categoria e as chances de alcançar os objetivos em comum."

Posteriormente foi questionado: Caso sua resposta tenha sido sim, quais atividades você destacaria como contribuição? E Caso sua resposta tenha sido não, de que maneira a AAPB poderia melhorar seu desempenho, quais atividades ela

poderia executar visando contribuir com a Classe Arquivista? E as respostas serão apresentadas em um quadro a seguir com exceção das respostas dos participantes E6 e E8 que não responderam, e o participante F4 que abordou não conhecer a AAPB.

Quadro 2: Respostas dos participantes

PARTICIPANTES	RESPOSTAS
E1	"Só em ter dado um ponta pé inicial na questão do olhar sobre a profissão já é muito bom, apesar de ser muito discreta. Poderia ter um banco de dados com os registros (curriculum) de todos os Arquivistas formados na Paraíba, ter um certo controle sobre os números; dar mais visibilidade, promovendo atividades, minicursos para os arquivistas. Deveria ser a voz representante da classe. Entrar com recursos em casos de desrespeito a legislação, como por exemplo, o exercício ilegal da profissão, salário mínimo em concurso público, etc. Enfim, se tivesse atributos visíveis na luta pelo direito e espaço do profissional atrairia muitos afiliados."
E2	"Expor mais"
E3	"Acredito que ela tem contribuído através da realização de vários eventos, na divulgação da área nos mais diversos meios de comunicação, na luta pela melhoria salarial do profissional e ela proporciona uma maior união entre os profissionais da área através de reuniões, eventos e entre outros."
E4	"Os eventos produzidos para contribuir com o aumento do conhecimento na área."
E5	"Buscando aumentar sua linha de convênios, confeccionando aos associados uma carteirinha facilitando reconhecimento de Associado."
E7	"Fazendo eventos. "
E9	Promover cursos práticos relacionadas a área
E10	"Organização do CNA"
E11	"Ela está sempre empenhada e acompanhado as reivindicações dos arquivistas quando se refere - se a piso salarial menor oferecido por alguns órgãos."
E12	"Buscar possibilidades para aumentar o número de vagas de concurso que geralmente não passam de duas, como também dar mais visibilidade da nossa profissão, pois muitas vezes as empresas colocam um assistente administrativo para realizar o manuseio de documentos (arquivamento) sem nem possuir uma formação para realizar tal tarefa."
F1	"Eventos como palestras, seminários, colóquios."
F2	"Sou associada há 16 meses. No ano de 2018, a AAPB foi a organizadora do VIII Congresso Nacional de Arquivologia, cujo evento foi um marco para a

	arquivologia. Em razão desse Congresso, vários outros eventos menores foram realizados para a promoção daquele CNA. Além disso, sempre que a AAPB é chamada a resolver algum caso de irregularidade como em por exemplo, em concursos públicos, ela se faz presente. As maiores dificuldades da AAPB são pelo número muito pequeno de associados (o que se traduz em escassos recursos financeiros) e por não dispor de uma sede definitiva com espaço físico que permita a realização de eventos como cursos, grupos de trabalho, treinamentos, rodas de conversa, etc. Também pelo fato de os membros da diretoria e os associados não dispensarem um tempo maior à entidade dentro da justificativa e/ou dificuldades/impedimentos de cada um. (Falta de tempo, é o maior dos motivos- a maioria trabalha em horário integral). A página da AAPB no Facebook é ativa. Com publicações frequentes."
F3	"A associação sempre que pode faz palestras, promove eventos como foi o último CNA"
F5	"Busca desenvolver atividades que viabilizem o destaque e importância desse profissional; Promove eventos; Sempre atualiza informações necessárias na atuação do Arquivista."
F6	"Promoção de eventos da área."
F7	"Ajuda a fortalecer a classe arquivista."
F8	"Dar publicidade às ações, pois desde Agosto de 2018 não houve qualquer publicação que indicasse as ações da Associação."

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com o exposto no quadro acima, podemos elencar como principais contribuições da AAPB com a Classe Arquivista apontadas pelos egressos: a organização e promoção de eventos, luta pela melhoria quanto a questões salariais do Arquivista, proporciona uma maior união entre os profissionais da área através de reuniões, eventos e entre outros.

As principais sugestões apontadas como melhorias para que a AAPB tenham uma maior contribuição para com a classe foi: publicizar mais suas às ações pois de acordo com as respostas a Associação é muito discreta, criar um banco de dados com os currículos de todos os Arquivistas formados na Paraíba, ser a voz representante da classe, tentar aumentar sua linha de convênios, confeccionar e disponibilizar aos associados uma carteirinha com o intuito de facilitar o reconhecimento de Associado, ter mais atributos visíveis na luta pelo direito e espaço do profissional do Arquivista com vista a atrair mais filiados.

Quanto aos dados coletados junto a AAPB, o primeiro questionamento feito foi: Qual o número de Arquivistas Associados? O representante apontou que eles

possuem apenas 22 Arquivistas associados. A segunda pergunta realizada a AAPB foi: Qual o número total de Associados? E o representante respondeu que eles possuem o total de 56 associados. O que dessa forma podemos perceber que o número de Arquivistas associados não chega sequer a metade do total de Associados.

Posteriormente foi questionado: Quais as categorias disponíveis para filiação? E representante da Associação abordou que eles possuem cinco categorias, sendo essas: Arquivista, Técnico de Arquivo, Professor, Estudante e Empresa. O que demonstra que AAPB se enquadra no tipo de Associação categorizada por Souza (2011) como Mista, que não possui como vinculados apenas Arquivistas.

Levando em consideração o que Souza (2011, p. 127) aponta como o principal objetivo das Associações Arquivistas " [...] é atuar em defesa da categoria nas diversas frentes de trabalho, organização de eventos promoção de cursos." foi questionado às formas que a AAPB tem atuado em defesa dos interesses da Classe Arquivística.

E o representante da associação exemplificou que a Associação tem como compromisso principal a luta árdua pelo reconhecimento profissional e a incansável batalha por mais abertura no mercado de trabalho e por um espaço físico onde a AAPB possa desenvolver planejamentos, reuniões, cursos e grupos de estudo.

Assim como também, apontou ter parcerias com uma empresa de advocacia, uma instituição para oferecer curso de encadernação e curso Técnico de Arquivo, planos de saúde e ainda também apontou ter parceria para oferecer a Pós graduação. E dessa maneira podemos perceber que a Associação tem exercido o principal objetivo das Associações Arquivistas, o de atuar em defesa da categoria.

Diante dos dados que foram apresentados podemos observar que os egressos apesar de em sua maioria não serem filiados a AAPB consideram que ela tem contribuído com a categoria, em consonância com as respostas apresentadas pela Associação que também apontou estar cumprindo o seu papel em defesa dos interesses da categoria.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer desta pesquisa foi possível atingir o principal objetivo desse trabalho, o de refletir sobre o Associativismo Arquivístico no Estado da Paraíba. E compreendemos um pouco sobre o fenômeno do Associativismo, que assim juntamente com o Cooperativismo e o Sindicalismo, são compreendidos como movimentos sociais em defesa dos interesses de um dado grupo social. Foi possível também perceber o quão relevante tem sido o Associativismo para a Classe Arquivista.

As Associações profissionais no Brasil tem desempenhado um papel importantíssimo tanto quanto para Arquivologia como no que diz respeito ao fortalecimento e reconhecimento da Classe. Pois, como já foi citado ao longo do trabalho a criação do primeiro curso superior de Arquivologia se deu por contribuição da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB que foi a primeira Associação da área, a qual atualmente não mais existe, em conjunto com o Arquivo Nacional cujo foi o precursor por traduzir as primeiras publicações consideradas de extrema relevância até os dias atuais como o "Manual dos Holandeses".

A AAB pode ser considerada um marco para arquivologia pois foi a partir dela que se deu início ao Congresso Brasileiro de Arquivologia – CBA que posteriormente foi extinto e começou a ser realizado o CNA. E partir da análise e discussão dos dados foi possível perceber que a maioria dos egressos acreditam que o associativismo seja o principal caminho para que a Classe Arquivista ganhe força e visibilidade. Assim, como também em sua maioria são sabedores do que se trata a Associação dos Arquivistas da Paraíba - AAPB, e possuem algum conhecimento a respeito da atuação da Associação em defesa da categoria.

Pôde-se perceber também, através dos resultados que a temática Associativismo Arquivístico seja abordada de forma mais recorrente e que haja mais discussões a respeito da importância dos coletivos profissionais, e da atuação não apenas da AAPB mas também do quanto as Associações Arquivísticas são

relevantes, a fim de reforçar sua contribuição com a classe, e que essas discussões sejam publicizadas para que o número de Filiados às Associações cresçam, e as mesmas possam ter um maior poder de representatividade, a fim de obtermos o Conselho Federal de Arquivologia ao qual irá fiscalizar o exercício da Profissão e fortalecer a atuação dos Arquivistas no Mercado de trabalho.

Foi possível concluir também que existem poucas publicações sobre a temática na área Arquivística o que fica em aberto para que sejam realizadas outras pesquisas a respeito do Associativismo fazendo essa ponte com a Arquivologia, estudos que relacionam questões como a falta de um órgão que fiscalize a profissão, pois recentemente foi lançada a Medida Provisória que retira a obrigatoriedade dos registros profissionais de algumas profissões dentre elas a de Arquivista.

E que sejam realizados estudos a fim de investigar por exemplo a relação das Associações com o ambiente universitário, se essa temática é recorrente aos discentes e se eles compreendem o papel que o associativismo exerce quanto a ser um movimento que atua em prol da categoria e pode ser utilizado como uma forma de democracia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sonia Scoralick de; FEITOZA, Rayan Aramís de Brito; FELIX, Regia Sueli. PANORAMA DO ASSOCIATIVISMO DOS ARQUIVISTAS NA PARAÍBA. CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 714-728, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/publicacaoanterior_v6nesp.htm Acesso em: 20 nov. 2019.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO - APESP. **Conferência em homenagem ao dia Internacional dos Arquivos: Arquivos, Transparência e Acesso À Informação.** 2010. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/eventos/convite/Panfleto_Dia_Arquivo.pdf Acesso em: 09 set. 2019

ARQUIVO NACIONAL **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf Acesso em: 10 abr. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ações Internacionais.** 2016. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/acoes-internacionais/85-conselho-internacional-de-arquivos-cia.html> Acesso em: 15 Abr. 2019.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA PARAÍBA-AAPB. **Quem Somos: Nossa História.** 2019. Disponível em: <https://aapb.arq.br/> Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de jul. de 1978.** Dispõe sobre a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo e dá outras providências. Brasília-DF, 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm. Acesso em: 9 maio 2018

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília-DF, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Brasília-DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em 15 nov. 2019.

BRASIL. **Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm Acesso em 15 nov. 2019.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da informação**, v. 33, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf> Acesso em: 09 jul. 2019.

CESÁRIO, Eliane Monteiro. Sindicato X Associação: entenda as diferenças. **Sindicato Nacional de Servidores do Ministério de Relações Exteriores-SINDITAMARATY**. 2017 Disponível em: <https://www.sinditamaraty.org.br/comunicacao/noticias/7201-5-perguntas-sobre> Acesso em: 30 out. 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. Comitê de Boas Práticas e Normas. Grupo de Trabalho sobre Acesso. **Princípios de acesso aos arquivos** [recurso eletrônico]. /tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Dados eletrônicos - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/Principios%20pub%20eletronica.pdf> Acesso em:

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS-CONARQ. **O CONARQ**. 2014. . Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/o-conselho.html> Acesso em: 15 Abr. 2019.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA – 15ª REGIÃO. **Histórico**. 2019. Disponível em: <http://www.crb15.org.br/historico/> Acesso em: 26 out. 2019

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico**: teoria, descrição e proveniência na era pós-custódia. Tradução de Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

DALLARI, Dalmo. **Viver em sociedade**. 2014. Disponível em: <https://www.aacademica.org/otavioluizmachado/54.pdf> Acesso em: 25 set. 2019

FERNANDES JUNIOR, Tiago. **A Importância Histórico-Social dos Arquivos e a Atuação do Arquivista na Sociedade da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2016.

FERREIRA, Rafael chaves; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. O ensino de Arquivologia no Brasil: O caso dos cursos de arquivologia do RS. **Biblos**, v.28, n.3, p.128-152, 2014.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HAHN LÜCHMANN, Lígia Helena. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 85,

2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/107/10731727011/> Acesso em: 30 Abr. 2018.

HORA, Sérgio Ricardo Almeida da; SATURINO, Luyz Paulo Targino. A evolução do Arquivo e da Arquivologia na Perspectiva da História. **Web Artigos**. 2010.

Disponível em:

<https://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-do-arquivo-e-da-arquivologia-na-perspectiva-da-Historia/33326/> Acesso em: 12 nov. 2019.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica= no universo da arquivologia. **Arquivística. net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). **XI ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: Diversidade Cultural e Políticas de Informação**, v. 9, p. 1-17, 2008. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3077/2203> Acesso em: 15 de nov. 2019.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, 1987. Disponível em:

<http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/O-Conceito-e-a-Pratica-de-Gestao-de-Documentos.pdf> Acesso em: 15 de nov. 2019.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. **As representações sociais**, p. 17-44, 2001.

JORDÁN, Victor Hugo Arévalo. **La Archivología em las Ciencias de la Documentación**. 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 78, p. 17-38, maio/ago. 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882018000200017&lng=en&nrm=iso Acesso em: 19 fev. 2019.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -Universidade de Brasília-UNB, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2979> Acesso em: 12 nov.2019.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa em Ciências sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MULLER, Samuel; FEITH, Johann Adriaan; FRUIN, Robert. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2ª ed. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley.1973. Disponível em:

http://www.arquivonacional.gov.br/media/manual_dos_arquivistas.pdf Acesso em: 15 nov. 2019.

OLIVEIRA, Geissikelly Marques de; FREIRE, Isa Maria. Sobre a ética da informação: uma experiência no ensino da Arquivologia. **Archeion Online**, v. 3, n. 1, p. 99-117, 2015. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/24792> Acesso em: 27 maio 2019.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: Teoria e Prática. 3ª Ed. rev. ampli. Rio de Janeiro: ED. FGV, 2004.

REIS, Luis. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios: Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología**, ed. Lima, Perú, v.7, n. 24, 2006.

RIBEIRO, Fernanda. Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. **[Boletim Cultural-Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão]**, 3.ª série, Issue 1, 2005, p. 129-133, 2005.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/9887/5619> Acesso em: 28 abr. 2019.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362006000100009&lang=pt Acesso em: 09 maio 2019.

SANTOS, Sonia Luiza Freitas dos; SILVA, Késsia Karla Portela Richene. Associativismo e Visibilidade Profissional: reconhecendo o papel do arquivista na sociedade. Congresso Nacional de Arquivologia - CNA, 8., 2018, João Pessoa. **Anais Eletrônicos...** Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 682-696, out. 2018. Disponível em:
http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT08_0682-0696.pdf Acesso em: 02 dez. 2018

SCHALLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 4 ed. Rio de Janeiro, Ed: FGV. 2004. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UWcT1nOeLj0C&oi=fnd&pg=PA23&ots=Qv_sAj3WLM&sig=luOFM-Exjscmai_AulbNBEYGnKQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em: 20 maio 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Associativismo**: as principais diferenças entre associação e cooperativa. 2019. Disponível em:
<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigosCoperacao/entenda-as-di>

ferencias-entre-associação-e-cooperativa,5973438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD Acesso em: 30 out. 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE. **Associativismo: o que é?**. 2019. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/associativismo-o-que-e,01353ea344900610VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acesso em: 08 mar. 2019

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL- SENAR. **Curso técnico em agronegócio: associativismo, cooperativismo e sindicalismo**. Brasília: SENAR, 2015. Disponível em: <http://senar-es.org.br/doc/uc/UC%2012%20-%20Associativismo,%20Coperativismo%20e%20Sindicalismo.pdf> Acesso em: 11 fev. 2019.

SIMÕES, Mariana. José Honório Rodrigues, a turma de Publicações e as Publicações técnicas do Arquivo nacional. **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social, AnPUH, natal (Rn)**, v. 22, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoed_rev.pdf Acesso em: 15 nov. 2019.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: Formação, Associativismo e Mercado de Trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

Universidade Estadual da Paraíba-UEPB. **Histórico**. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/curso/historico/> Acesso em: 18 de set. 2019.